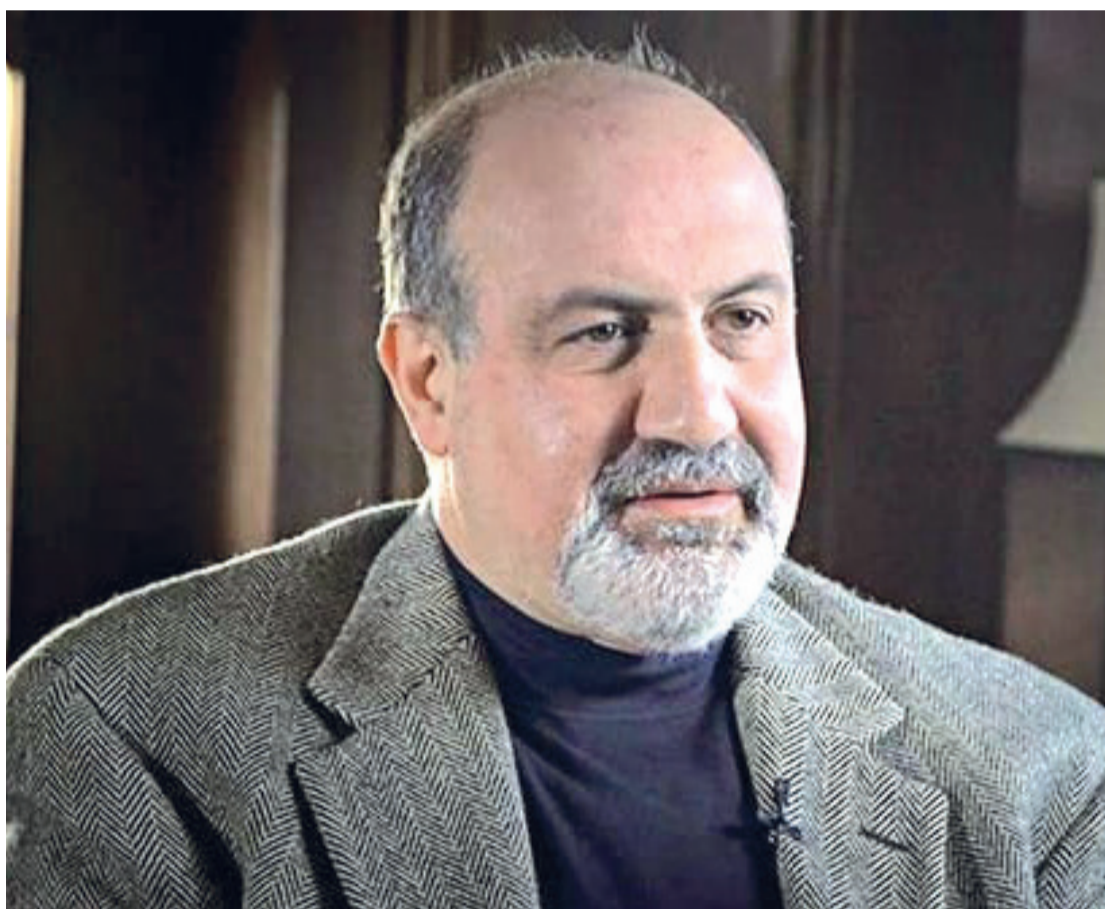


Guru de investidores diz que ambiente para pandemias é fértil



Nassim Nicholas Taleb é tido como um guru de investidores de mercados de risco. E ele afirma, não pela primeira vez, que a pandemia que vivemos não era um evento imprevisível para os mercados. Por isso, a atual crise não pode ser classificada como um cisne negro, disse em uma transmissão ao vivo da XP.

Cisne Negro (2007) é um dos livros do libanês e fala sobre fenômenos imprevisíveis - grosso modo, o motivo principal para planejar investimentos sempre de maneira diversificada.

O evento imprevisível que tornou Taleb uma celebridade foi o 11 de setembro. Antes do ataque terrorista, ele havia citado como exemplo de evento isolado um avião atingindo uma torre em Manhattan.

“Alguma coisa que você espera que aconteça não pode ser um cisne negro. E a gente sabia há anos sobre pandemias. Em nenhum momento da história nós tivemos um ambiente tão fértil para pandemias quanto atualmente”, afirmou.

E usou como exemplo um grande evento presencial em São Paulo - como era o evento da XP até a pandemia. Se tivesse sido realizado, com milhares de pessoas de diversas partes do mundo, então um único contaminado poderia ser responsável por espalhar a doença à medida em que esses participantes voltassem para casa, afirmou Taleb.

Em janeiro, quando o mundo começava a ver a crise de Covid-19 ainda de forma pouco clara, Taleb escreveu um texto em que defendia o uso de máscaras para prevenir contágio de doenças. O estudo

estava ligado ao Ebola, disse ele na transmissão ao vivo.

O matemático e analista de risco afirma que a medida simples e barata poderia ter sido incentivada desde o início da doença pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e pelo CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças), o órgão de saúde dos Estados Unidos.

Ele afirmou que “quanto mais alto o posto, mais incompetente” e que esses órgãos “não tentaram encontrar a maneira mais barata de combater a doença”.

“A incompetência custou muito dinheiro”, afirmou.

Taleb não fez comentários sobre as medidas de isolamento social impostas por parte dos governos e nem sobre o número de mortos até o momento pela pandemia.

Tássia Kastner/Folhapress

Economia



Sob impulso de pequenas, pedidos de recuperação judicial aumentam 38%

Página - 03



Governo permite que imóvel seja dado em garantia em mais de uma operação

Página - 03

Fusões e Aquisições



Claro vai participar do leilão de ativos móveis da Oi

Página - 04



Após comprar a MEI Fácil e agora a Magliano Invest, o que a Neon quer ser?

Página - 04

No Mundo

Rússia faz megaexercício militar de surpresa e coloca Ucrânia em alerta



A Rússia anunciou nesta sexta (17) um dos maiores exercícios militares surpresa de que se tem notícia no país, envolvendo 150 mil soldados. Ele começou a ser conduzido no flanco sudoeste do país, o que gerou alarme na vizinha Ucrânia.

Segundo divulgou a agência estatal Tass, o ministro Serguei Choigu (Defesa) disse que haverá 56 exercícios táticos em 35 campos de treinamento e 17 áreas navais, nos mares Negro e Cáspio.

“A checagem surpresa envolve 149.755 pessoas, 26.820 armamentos e veículos militares, 414 aeronaves e 106 navios de guerra e suporte”, disse Choigu, que citou ordens diretas do presidente Vladimir Putin para a execução do teste.

Nesse tipo de manobra, os comandantes checam a rapidez com que suas tropas são mobilizáveis para pronta ação. Os números anunciados, se verdadeiros, são superlativos.

O maior exercício militar russo desde a Guerra Fria havia acontecido em 2018, reunindo 300 mil homens na Sibéria. Mas ele era uma ação planejada com bastante antecedência -todo ano, a Rússia faz um grande exercício em uma de suas regiões estratégicas.

O exercício desta sexta mobilizou tropas dos distritos militares Meridional e Ocidental, visando preparação para a grande simulação deste ano, o Kavkaz-2020 (Cáucaso-2020), marcado para setembro. Além disso, foram envolvidas frotas navais da frotas Setentrional e do Pací-

fico, e forças paraquedistas.

Com isso, Moscou quer demonstrar para o Ocidente que, apesar de ser um quinto país do mundo mais afetado pela pandemia do novo coronavírus, mantém sua capacidade de mobilização rápida.

Além disso, é uma reafirmação interna de poder, no momento em que Putin enfrenta alguns protestos contra o referendo que lhe deu, há duas semanas, a possibilidade de tentar permanecer na Presidência até 2036.

Exercícios militares são uma constante no país de Putin, e neste ano mesmo já haviam sido dadas outras demonstrações de força. China e outros adversários regionais dos Estados Unidos, como Irã e Coreia do Norte, também fizeram o mesmo.

Igor Gielow/Folhapress

Economia da China cresce 3,2% no segundo trimestre

A economia da China cresceu 3,2% no segundo trimestre em relação ao ano anterior, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (16), recuperando-se de uma contração de 6,8% – a primeira desde 1992 – no primeiro trimestre induzida pela crise sanitária do coronavírus.

A recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) do gigante asiático foi mais forte do que o previsto por analistas, que esperavam crescimento de 2,5%.

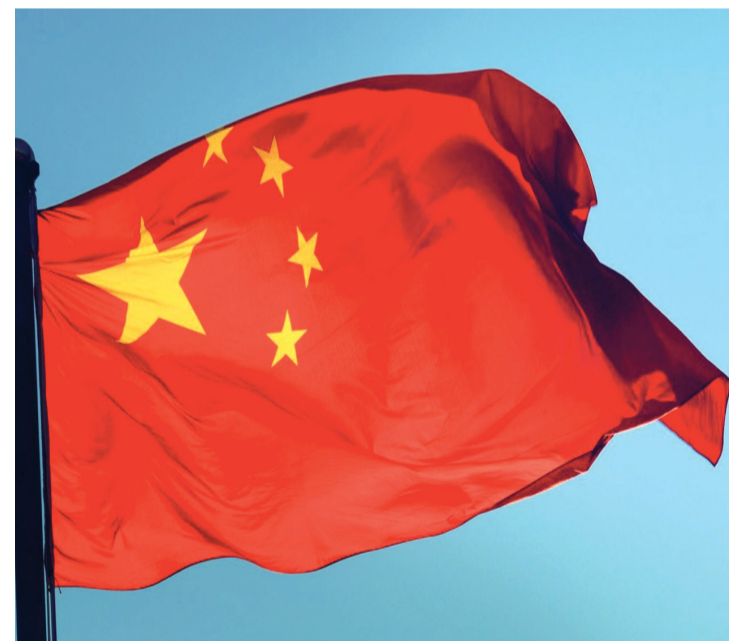
O desempenho do PIB da China desperta interesse devido ao peso do país na economia global.

Apesar do crescimento, a economia caiu 1,6% nos primeiros seis meses em relação ao ano anterior, informou o Departamento Nacional de Estatística.

A segunda maior economia do mundo está se recuperando lentamente nos últimos dois meses, embora a recuperação da crise induzida pela pandemia tenha sido desigual.

O governo lançou uma série de medidas, incluindo mais gastos fiscais, isenção de impostos e cortes nas taxas de empréstimos e nas reservas bancárias para reviver a economia, devastada pelo coronavírus, e apoiar o emprego.

Biznews



Bolsonaro precisa abrir canais de diálogo com Biden, afirma Bolton



Jair Bolsonaro precisa abrir “linhas de comunicação” com o Partido Democrata nos , se levar em consideração o interesse do Brasil na relação com os americanos. A frase não é dos adversários de Donald Trump, mas do conservador John Bolton, ex-conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca. Em entrevista ao Estadão, Bolton garante que Trump “tem um bom relacionamento com Bolsonaro”, mas diz que a relações

com o Brasil não mudarão “do dia para a noite”.

Durante os primeiros nove meses da gestão Bolsonaro, Bolton era considerado pelo governo brasileiro, especialmente pela ala militar, como um importante interlocutor junto a Trump. Ele foi o primeiro da alta cúpula da Casa Branca a se reunir com o então eleito presidente brasileiro, em um café da manhã na casa de Bolsonaro, no Rio de Janeiro, em 2018.

Bolton foi o responsável

por aconselhar Trump sobre questões de segurança nacional, entre abril de 2018 e setembro de 2019. Em setembro, foi demitido pelo Twitter. “Seus serviços não serão mais necessários na Casa Branca”, escreveu o presidente.

Bolton defendeu uma “relação militar mais próxima” entre os dois países e afirmou que parte das conversas com o Brasil foi para evitar que Maduro “desse refúgio a terroristas” na fronteira brasileira.

Biznews

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Sob impulso de pequenas, pedidos de recuperação judicial aumentam 38%



Os dados de pedidos de recuperação judicial referentes a junho começam a ter os efeitos da pandemia do coronavírus. De acordo com levantamento mensal feito pela Serasa Experian, o total de pedidos de proteção contra a falência no mês aumentou 38%, na comparação com maio.

O número foi influenciado pelo aumento dos pedidos feitos por pequenas empresas, que têm menos poder de negociação com credores e menos fluxo de caixa. Foram 97 solicitações em junho, 79% a mais que em maio e 5,4% superiores ao registrado no mesmo período de 2019.

Para economistas e advogados especializados em insolvência, no entanto, os

números ainda não refletem totalmente as dificuldades que as empresas têm tido durante a pandemia.

No acumulado do ano, os pedidos de recuperação judicial caíram 2,8%. Já os pedidos de falência caíram tanto na comparação mensal (25%) quanto no semestre (33%).

“A inadimplência sobe em qualquer crise, e nesta não será diferente. O que não aconteceu em recessões anteriores é esse esforço governamental em liberar crédito e a disposição de credores em negociar, o que evitou temporariamente uma explosão de inadimplência”, diz Luiz Rabi, economista-chefe do Serasa Experian.

A tendência, segundo ele, ainda tem sido a renegociação

de dívidas com empresas que estejam com dificuldades conjunturais de caixa durante a pandemia.

“Os menores têm muito menos fôlego e precisam recorrer mais rapidamente à ajuda. Quase nunca têm condições de negociar com os credores também. Os números mostram que são esses segmentos que têm sentido primeiro os impactos da pandemia”, afirma Paulo Campana, sócio do escritório Veirano.

Mesmo com a alta de pedidos de recuperação judicial por empresas menores, ainda é pequeno o índice de negócios desse porte que recorrem ao Judiciário.

Ivan Martínéz-Vargas/Folhapress

Governo permite que imóvel seja dado em garantia em mais de uma operação

O governo criou uma MP (medida provisória) permitindo que imóveis ainda em financiamento sejam dados como garantia para obter mais empréstimo, desde que na mesma instituição financeira da operação original.

A MP 992 libera o compartilhamento da chamada alienação fiduciária do imóvel (modalidade de financiamento em que o comprador transfere o bem à instituição financeira que o financia, como forma de garantia).

De acordo com o Banco Central, a medida tem potencial de liberar R\$ 60 bilhões em crédito e tem como a vantagem a relação já existente entre banco e cliente, o que tende a gerar prazos e juros mais favoráveis ao tomador.

“À medida em que as prestações são pagas, abre-se espaço para que novas operações de crédito sejam

contratadas”, afirma o BC.

Em junho, o BC tinha anunciado que pretendia elaborar a medida para liberar o uso de imóvel financiado como garantia para um novo empréstimo.

Segundo informou o BC na época, o consumidor que contratou crédito para compra da casa própria poderia usar o saldo já quitado para pedir outro empréstimo com o mesmo valor e mesma taxa pactuada em contrato.

O trecho que determina as mesmas condições do contrato original acabou ficando de fora da MP, mas o texto ainda vai passar por regulamentação do CMN (Conselho Monetário Nacional).

“Como o mercado de crédito imobiliário no Brasil não é tão alavancado, acreditamos que a medida é adequada”, afirmou Campos Neto em junho.

Fábio Pupo/Folhapress



Mercado de seguro por demanda deve crescer, dizem especialistas



Os consumidores brasileiros têm uma nova forma de contratar seguros, de acordo com sua necessidade de tempo de cobertura, que pode ser por minutos, horas, dias, mês, ou por trecho percorrido por um carro, por exemplo. A nova modalidade está liberada desde agosto do ano passado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), que editou a Circular 592. A norma traz as condições gerais para a customização de planos de seguros com vigência reduzida de contrato e período intermitente.

Nesse tipo de seguro, o cliente aciona a cobertura quando considera que há risco ou desativa quando não há necessidade, chamando de liga-desliga. A ideia é que,

com o desenvolvimento do setor no Brasil, o seguro por demanda possa ser contratado, por exemplo, para carros, celulares, tablets, notebooks, bicicletas e até para viagens.

Assim, o seguro de um carro pode ter a cobrança por minuto ou por quilometragem percorrida, e o usuário pode comprar créditos para isso. Outra possibilidade é para as pessoas que viajam muito. Em vez de contratar um seguro para cada viagem, o consumidor compra créditos e ativa o seguro sempre que estiver em viagem.

Essa evolução no mercado brasileiro de seguros, no entanto, ainda é incipiente, com poucas empresas ofertando a modalidade. A coordenadora-geral de Re-

gulação de Seguros Massificados, Pessoas e Previdência da Susep, Mariana Arozo, acredita que a tendência é de crescimento dos seguros por demanda. “As primeiras empresas fizeram parcerias ou têm um modelo de negócio mais inovador. A própria concorrência vai fazer com que as seguradas mais tradicionais possam investir nesse tipo de produto”, disse Mariana. Ela citou a parceria de seguradoras tradicionais com as insurtechs, termo que resulta da mistura de insurance (seguro, em inglês) e technology (tecnologia). São startups (empresas emergentes voltadas para tecnologia e inovação) que facilitam a contratação de seguros.

Kelly Oliveira/ABR

Fusões e Aquisições

Claro vai participar do leilão de ativos móveis da Oi



“Estamos atentos e interessados nos ativos. Seria um bom acréscimo. O que pudermos fazer com Oi para ter mais clientes e capacidade, seria bom. Então, vamos participar do leilão do lado móvel”, resumiou Hajj.

A Oi passa por recuperação judicial desde junho de 2016. Em 2018, a companhia aprovou um plano de recuperação que previa a venda de ativos, mas não incluía a área móvel. Neste ano, a empresa apresentou proposta de modificação do plano para permitir a venda da unidade celular e de parte da área de infraestrutura óptica. O aditamento está sendo negociado com os credores. Quando houver consenso, deverá ir a votação em assembleia, e então ser homologado na Justiça. Só depois haverá o leilão dos ativos.

O executivo da América Móvil também comentou o

processo de fusão da Claro Brasil com a Nextel. Segundo ele, a integração das empresas está a todo vapor, e deve ser concluída até o final do ano. A empresa também identificou ativos que vão sobrar dessa integração.

“No caso da Nextel, já temos praticamente todas as sinergias feitas. Ao final do ano teremos toda a sinergia concluída, exceto pelas torres, que temos a mais em locais onde já tinha da Claro, então uma parte das torres é extra”, comentou.

Hajj afirmou ainda que a Claro Brasil, assim como todas as subsidiárias da holding, vai reduzir o Capex para este ano em função da pandemia. A ordem é cortar custos e fazer aportes onde for prioridade estratégica. Dessa forma, a empresa deverá manter investimentos que incentivem as vendas.

“Vamos reduzir o Capex previsto para o ano, mas ain-

da não sabemos o quanto. Estamos ainda em revisão. As vendas, como parte do investimento é relacionado a vendas, não estamos cortando nada aí”, afirmou Hajj.

O executivo também comentou brevemente o lançamento da 5G no Brasil. Disse que há possibilidade para cobrança diferenciada pelo acesso. Mas que por enquanto, a empresa quer observar o comportamento dos rivais e dos clientes, além de entender como a tecnologia complementa a rede e a venda de serviços de banda larga fixa.

Ele falou também que o grupo está analisando como gerar valor a partir das 60 mil torres móveis que possui na América Latina e Europa. Mas não há decisão tomada. Pode ser venda das torres, pode haver um spin off (criação de uma nova empresa). “Mas não temos resposta, estamos analisando”, frisou.

Biznews

Após comprar a MEI Fácil e agora a Magliano Invest, o que a Neon quer ser?

Ao montar um ecossistema para atender às diversas demandas financeiras de seus clientes, a fintech Neon está indo além dos pagamentos que carrega no nome. No fim de 2019, comprou a MEI Fácil, plataforma que oferece serviços para microempreendedores, e, nesta quinta-feira, 16, anunciou a aquisição da licença da corretora Magliano Invest — a carteira de clientes e a gestão dos fundos já tinham sido vendidas para a Guide. “O objetivo é se tornar a casa preferencial dos clientes, seja no que se refere a cartões e a contas digitais, seja em investimentos”, afirma Fabio Ramalho, responsável pela área de investimentos da Neon.

A entrada do fundo General Atlantic e do BV em novembro do ano passado — com aporte de 400 milhões de reais — acelerou a escalada da

fintech que agora entrará na briga com grandes plataformas de investimentos, como o BTG Digital (que pertence ao mesmo grupo controlador da EXAME). A diferença é o público que, no caso da Neon, é de baixa renda.

Cerca de 30% dos novatos na B3 fazem aplicação inicial de 500 reais, enquanto 40% fazem de 500 reais a 5.000 reais. É claro que isso pode significar cautela, mas também pode ser uma democratização do acesso, tal como aconteceu com Murilo Duarte — mais conhecido como Favelado Investidor. Esse é o público da Neon, que tem hoje 9 milhões de contas abertas entre pessoas físicas e jurídicas.

Não foi divulgado o valor da transação com a Magliano, que ainda precisa do aval do Banco Central para se concretizar.

Exame



Hapvida fecha compra do Grupo São José, de SP, por até R\$ 320 milhões



A operadora de saúde Hapvida fechou ontem documento de intenção de compra e venda para aquisição de 85,71% do Grupo São José, podendo chegar a 100%. O preço da aquisição, caso chegue aos 100%, é de 320 milhões de reais. O valor inclui a carteira de 51 mil beneficiários, os imóveis de dois hospitais e um terreno.

A Hapvida vai pagar 240 milhões de reais à vista na data do fechamento da transação, mais 80 milhões de reais, parcela que poderá ser acrescida de mais 80 milhões de reais de acordo com as condições de desempenho. Os valores serão pagos

proporcionalmente ao percentual do capital votante (85,71%, podendo chegar a 100%). A transação ainda precisa ser finalizada e passar por aprovação do Cade.

Fundado em 1965, o Grupo São José é uma das principais operadoras de saúde do Vale do Paraíba, em São Paulo. Com a aquisição, a Hapvida amplia seu crescimento via modelo verticalizado, agora no interior de São Paulo. O Grupo São José atua principalmente na região de São José dos Campos, Vale do Paraíba e leste do estado.

O grupo teve receita de 219 milhões de reais em 2019 e, assim como a Hapvi-

da, atua no modelo verticalizado, com dois hospitais e duas clínicas de atendimento primário. No primeiro trimestre de 2020, teve sinistralidade de 78%, enquanto a da Hapvida ficou em 60%.

Como oportunidades de sinergia, a companhia destaca a possibilidade de implantação de protocolos médicos, aumento da verticalização, atuação na medicina preventiva e via telemedicina, além da consolidação do back office e redução de despesas administrativas. Outra oportunidade é a venda de planos odontológicos para beneficiários do Grupo São José.

Exame

Cast Participações S.A.

CNPJ/MF nº 17.837.377/0001-00

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balancete Patrimonial		Controladora		Controladora		Controladora		Controladora	
		Consolidado		2019		2018		2018	
Ativo	2019	2018	2019	2018	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Patrimônio líquido dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	5.401	3.056	3	2	8.488	(2.089)	6.399	10.388	16.787
Contas a receber de clientes	53.367	39.541	84	-	34.079	-	34.079	-	34.079
Adiantamento a fornecedores	5.528	6.018	322	-	-	-	-	(2.506)	(2.506)
Estoques	2.873	3.320	-	-	-	-	-	-	-
Partes Relacionadas	8.785	1.899	4.435	3	-	-	-	-	-
Créditos diversos	938	339	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a receber	-	3.069	2.065	3.601	-	(3.899)	(3.899)	2.408	(1.491)
Ativos Fiscais Correntes	4.220	6.359	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo circulante	81.112	63.601	6.909	3.606	-	-	-	-	-
Ativos financeiros	34.943	35.502	34.943	35.502	42.567	(5.988)	36.579	10.290	46.868
IRPJ e contribuição social diferidos	9.485	2.288	-	70	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	32	33	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	7.942	17.815	-	-	-	(3.757)	(3.757)
Imobilizado	1.355	1.710	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	58.929	66.870	56.192	63.459	-	-	-	-	-
Ativos de direito de uso	2.459	618	-	-	-	(7.620)	(7.620)	(1.864)	(9.483)
Total do ativo não circulante	107.203	107.021	99.077	116.846	-	-	-	-	-
Total do ativo	188.315	170.622	105.986	120.452	42.567	(16.677)	25.890	4.669	30.559
Passivo	2019	2018	2019	2018	Demonstrações de Resultados Abrangentes				
Fornecedores	24.778	8.388	796	54	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamentos	11.851	7.597	-	-	2019	2018	2019	2018	2019
Obrigações trabalhistas e tributárias	22.408	15.974	2	1	2019	2018	2019	2018	2019
IRPJ e Contribuição Social	1.000	1.475	-	-	2019	2018	2019	2018	2019
Outras Contas a Pagar	20.147	21.912	17.390	20.017	(9.483)	(1.491)	(7.620)	(3.899)	(9.483)
Partes relacionadas	25.459	10.074	12.356	28	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	898	-	-	-	Outros resultados abrangentes (ORA)	-	-	-	-
Total do Passivo circulante	106.531	65.420	30.544	20.100	Resultado abrangente total	(9.483)	(1.491)	(7.620)	(3.899)
Empréstimos e financiamentos	1.513	4.532	-	-	Acionistas controladores	(7.620)	(3.899)	(7.620)	(3.899)
Provisão para demandas judiciais	37.236	38.839	37.236	38.839	Acionistas não controladores	(1.864)	2.408	-	-
IRPJ e contribuição social diferidos	5.790	9.806	5.790	9.806	Resultado abrangente total	(9.483)	(1.491)	(7.620)	(3.899)
Obrigações trabalhistas e tributárias	4.399	607	-	-	Demonstração de Resultado				
Outras Contas a Pagar	1.857	4.549	-	-	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Total do Passivo não circulante	51.225	58.333	44.883	53.483	2019	2018	2019	2018	2019
Patrimônio líquido: Capital social	42.567	42.567	42.567	42.567	Receita operacional líquida	129.829	125.364	-	-
Reservas de Retenção de lucros	(16.677)	(5.988)	(16.677)	(5.988)	Custo dos serviços prestados	(112.659)	(89.375)	(21)	-
Total do Patrimônio líquido	25.890	36.579	25.890	36.579	Lucro Bruto	17.169	35.989	(21)	-
Atribuível aos Controladores	4.669	10.290	4.669	10.290	Receitas (despesas) operacionais	(30.947)	(34.384)	(6.466)	(5.802)
Participação de não Controladores	30.559	46.869	30.559	46.869	Despesas administrativas e gerais	(20)	1.115	(28)	-
Total do Patrimônio líquido	188.315	170.622	105.986	120.452	Outras receitas operacionais	(30.967)	(33.269)	(6.494)	(5.802)
Total do passivo e patrimônio líquido	188.315	170.622	105.986	120.452	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e tributos	(13.797)	2.720	(6.515)	(5.802)
Demonstrações dos Fluxos de Caixa					Receitas financeiras	1.974	2.171	36	-
Fluxo das atividades operacionais					Despesas financeiras	(5.459)	(4.626)	(105)	(6)
Lucro líquido do exercício	(9.483)	(1.491)	(7.620)	(3.899)	Receita (despesas) financeiras líquidas	(3.485)	(2.455)	(69)	(6)
Ajustes para: Depreciação e amortização	6.368	5.762	3.934	3.997	Receitas não Operacionais	24	-	-	-
Baixa do ativo imobilizado e intangível	(253)	3.483	26	3.375	Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(3.172)	1.838
Clientes a Faturar	(1.136)	94	-	-	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(17.282)	290	(9.756)	(3.969)
Provisão para devedores duvidosos	(65)	65	-	-	Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Provisão (reversão) para demandas judiciais	430	-	-	-	Correntes	(1.606)	(3.978)	-	-
Juros sobre empréstimos	2.281	1.228	-	-	Diferidos	9.404	2.198	2.136	70
IRPJ e contribuição social - corrente	1.606	1.620	-	-	Lucro líquido do exercício	(9.483)	(1.491)	(7.620)	(3.899)
IRPJ e contribuição social - diferidos	(9.404)	(716)	(2.136)	1.331	Atribuído a:	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	3.172	(1.838)	Participações de acionistas controladores	(7.620)	(3.899)	(7.620)	(3.899)
(Aumento) diminuição de ativos	(9.657)	10.045	(2.624)	2.965	Participações de acionistas não controladores	(1.864)	2.408	-	-
Contas a receber de clientes	(12.625)	(13.858)	(84)	-	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(9.483)	(1.491)	(7.620)	(3.899)
Adiantamento a fornecedores	490	(5.043)	(322)	-	Lucro por Ação, em Reais - R\$	-	-	-	-
Outros créditos	(599)	1.255	-	(2.781)					
Estoques	446	(1.108)	-	-					
Impostos e contribuições a recuperar	2.139	(5.370)	-	-					

Itaú coloca para leilão 32 imóveis com preços bem abaixo do mercado



Itaú Unibanco vai realizar o leilão de 32 imóveis, espalhados em 10 estados, no dia 31 de julho. Entre essas unidades, há um apartamento desocupado de 131m² em São Paulo, na Vila Matilde, com lance inicial de R\$ 443.900, ou seja, R\$ 3,3 mil por metro quadrado.

No mês de junho, o preço médio pedido por metro quadrado no País atingiu R\$ 7.307. Os valores mais altos estão no Rio de Janeiro (R\$ 9.323), São Paulo (R\$ 9.132) e Brasília (R\$ 7.491), segundo o Índice Fipezap, pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos anúncios do portal Zap.

Segundo o Frazão Leilões, responsável por leiloar as unidades, o apartamento ainda conta duas vagas de garagem e o pagamento poderá ser feito parcelado.

Além deste imóvel, os demais estão na Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins.

Os lances iniciais vão de R\$ 76.200 até R\$ 1.073.800. Todos os imóveis tem 10% de desconto para pagamento à vista e alguns permitem parcelamento em até 78 parcelas, com sinal de 30%.

Os débitos de Condomínio e IPTU serão quitados pelo Banco Itaú até a data do leilão.

IstoéDinheiro

Nova linha de crédito para empresas depende de regulamentação do CMN



O governo criou o programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE). É para auxiliar empresários a enfrentar o cenário de dificuldades econômicas decorrentes da pandemia do novo coronavírus (covid-19).

De acordo com a medida provisória que instituiu a nova ferramenta, as linhas de créditos poderão ser contratadas até o dia 31 de dezembro deste ano. Entretanto, para os bancos começarem a oferecer o crédito ainda é preciso haver regulamentação pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

As empresas com faturamento anual de até R\$ 300 milhões terão mais uma linha de crédito para ajudar a enfrentar as dificuldades geradas pela pandemia. A Medida Provisória nº 992/2020 foi publicada em edição ex-

traordinária do Diário Oficial da União de quinta (16).

Segundo o Banco Central (BC), a estimativa é que o novo programa tenha potencial para aumentar a concessão de crédito para microempresas e empresas de pequeno e médio porte em R\$ 120 bilhões, "sendo os riscos e recursos integralmente suportados pelas instituições financeiras".

O BC destacou que o novo programa "complementa e auxilia as medidas anteriores de combate aos efeitos econômicos do covid-19, gerando novos estímulos de acesso ao crédito às empresas com faturamento até R\$ 300 milhões, as chamadas microempresas e a empresas de pequeno e de médio porte."

"A despeito da edição de diversas medidas para combater os efeitos da covid-19 na economia real, o canal de crédito começou a perder

força recentemente, afetando principalmente microempresas e empresas de pequeno e médio porte", acrescentou o BC.

De acordo com a Secretaria-Geral da Presidência da República, os bancos e instituições que concederem empréstimos por essa nova linha de crédito poderão utilizar parte das suas perdas para ter benefício fiscal no pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A secretaria acrescentou que essas regras também serão aplicadas às linhas de crédito emergenciais já existentes - Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese) e Fundo Garantidor de Investimentos (FGI).

Kelly Oliveira/ABR

Publicidade Legal

BSL Home Care Holding S.A.
CNPJ/MF 26.734.402/0001-03

Balancos patrimoniais		Controladora		Consolidado		Balancos patrimoniais		Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018
Ativo							Passivo e patrimônio líquido				
Circulante							Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	33.293	17.428	33.293	17.428	Fornecedores	2.804	2.800	8.052	6.768
Títulos e valores mobiliários	-	-	443	70	443	70	Salários, encargos sociais e benefícios sociais	-	-	5.404	4.700
Devedores	-	-	602	665	602	665	Impostos e contribuições a receber	-	-	1.505	831
Contas a receber de clientes	-	-	28.417	13.268	28.417	13.268	Impostos parcelados	-	-	335	226
Saldo a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	Partes relacionadas	-	-	229	6.247
Adiantamentos	-	-	687	620	687	620	Impostos parcelados	-	-	-	10
Estoques	-	-	2.474	723	2.474	723	Provisão para contingências	-	-	55	-
Tributos a recuperar	-	-	655	2.064	655	2.064	Obrigações com arrendamento/Direito de uso	-	-	1.395	-
Outros créditos	-	-	15	11	15	11	Outros débitos	-	-	-	-
Não circulante							Não circulante				
Depósitos judiciais	44.009	34.229	45.251	32.627	44.009	34.229	Obrigações com arrendamento/Direito de uso	-	-	14.336	2.120
Aplicações financeiras mantidas até o vencimento	-	-	68	-	68	-	Impostos parcelados	-	-	1.864	2.120
Contas a receber de clientes	-	-	-	70	-	-	Patrimônio líquido				
Despesas antecipadas e demais ativos	-	-	123	534	123	534	Capital social integralizado	38.493	30.623	38.493	30.623
Direito de uso - arrendamento	-	-	13.865	-	13.865	-	Reserva de Capital	18.740	9.989	18.740	9.989
Investimento em controladas	44.009	34.229	-	-	44.009	34.229	Lucros/prejuízo acumulados	(16.028)	(9.411)	(16.028)	(9.411)
Imobilizado	-	-	5.050	4.157	5.050	4.157	Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora	41.205	31.200	41.205	31.200
Intangível	-	-	26.134	27.855	26.134	27.855	Total do passivo e patrimônio líquido				
Total do ativo	44.009	34.229	78.543	50.047	44.009	34.229	78.543	50.047	44.009	34.229	50.047

Notas explicativas às demonstrações

1. Contexto Operacional

A BSL Home Care Holding S.A. ("Companhia" ou "BSL Home") possui sede na Rua Ipiranga, 55, na cidade de São Paulo - SP e tem como acionista controlador final o Patria Investimentos Ltda, por meio da participação no Patria - Brazilian Private Equity Fund IV - Fundo de Investimento em Participações e Brazilian Private Equity IV - Fundo de Investimento em Participações controlada através da BSL Senior Living S.A. A Companhia tem como objeto social a linha home care com cuidados qualificados de saúde, prestados por uma equipe completa e especializada e o serviço de pós-agudo, ou seja, a prestação de serviços de Hospital de Apoio, Reabilitação, Hospício e Cuidados Paliativos para pessoas que necessitam de cuidados contínuos com a saúde. A BSL Home atua nos segmentos de **Home Care (Prestação de Serviço Domiciliar à Saúde)**, através da controlada AssistCare Serviços de Saúde S.A., operação da linha que tem em seu portfólio um serviço de comodidade, ou seja, possui cuidados qualificados de saúde, prestados por uma equipe completa, especializada e multidisciplinar, que envolve: Auxiliares e técnicos de enfermagem, enfermeiros, gerontólogos, médicos, nutricionistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos e assistentes sociais. A Companhia também atua com 4 escritórios (São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Vitória) e **Cuidados pós-agudo (Hospital de Retaguarda)**, através da controlada Hospital e Casa de Repouso Saint-Marie Ltda, hospital de Retaguarda tem no seu portfólio o serviço de pós-agudo, ou seja, a prestação de serviços de Hospital de Apoio, Reabilitação, Hospício e Cuidados Paliativos para pessoas que necessitam de cuidados contínuos com a saúde. Com uma estrutura moderna, atendimento diferenciado conta com equipe multiprofissional e corpo clínico altamente qualificado, com duas unidades em operação (Unidade Brooklyn e Unidade Chácara Santo Antonio). As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia. **2. Base de Preparação - 2.1. Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração declara que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia e autorizadas para divulgação em 28 de fevereiro de 2020. **2.2. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado em contrário a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais Políticas Contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão evidenciadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Empresa na gestão das obrigações de curto prazo. **3.2. Aplicações Financeiras e Títulos e valores mobiliários** - Consistem em saldos de aplicações financeiras de curto prazo, que possuem carência com resgate superior a três meses e estão sujeitos ao risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado. Aplicações financeiras de longo prazo, consistem em saldos que possuem carência com resgate superior a doze meses e estão sujeitos ao risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado e atreladas à liquidação das operações de empréstimos e financiamentos. **3.3. Contas a receber** - As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a serviços prestados a curto prazo e são ajustados a valor presente se for relevante. No exercício, o ajuste a valor presente calculado foi considerado não relevante. A provisão para perdas de crédito esperadas ("PECLD") foi constituída com base em análise dos valores a receber, considerando o conceito de perda incorrida e perda estimada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência em doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras ou eventos que já indicam a não realização desses valores. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não foi relevante devido ao curto prazo de realização. **3.4. Avaliação do valor recuperável de ativos** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventuais ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido a valor recuperável. A Administração da Sociedade não identificou ajustes de perda por "impairment" em 31 de dezembro de 2019. No caso dos ágios, o valor recuperável é testado anualmente. **3.5. Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. **Depreciação** - A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. **3.6. Intangível - Reconhecimento e mensuração** - Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é determinado com base em seu valor justo na data da aquisição. Os ativos intangíveis compreendem principalmente ágios provenientes da aquisição de empresas, software adquirido, carteira de clientes, marcas e acordos de não competição ("non-compete"). **Amortização** - A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado, bem como marcas avaliadas com vida útil indefinida. Vidas úteis estimadas são: (i) carteira de clientes 7 a 13 anos; (ii) "non-compete" 5 anos; e (iii) softwares 5 anos. **3.7. Outros passivos** - Outros passivos correntes são registrados pelos seus valores conhecidos ou estimáveis, acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável. **3.8. Apuração do resultado e reconhecimento de receitas** - A Companhia reconhece a receita à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de 5 passos para reconhecimento e mensuração: (1) identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho. A Companhia identificou que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma nova. Suas receitas já são reconhecidas à medida em que a Companhia atende suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação. Os recebimentos antecipados são registrados na rubrica "Adiantamentos de Clientes" e reconhecidos no resultado quando da prestação do serviço. As deduções da receita bruta são compostas por descontos conce-

Idios independentemente, valores de planos devolvidos e/ou cancelado e impostos sobre a receita. Os resultados também incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. 3.9. Investimentos - Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **3.10. Resultado por ação** - Calculado por meio da divisão do resultado do exercício pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante cada exercício social. **3.11. Combinação de negócios** - As aquisições de negócios são contabilizadas pelo seu valor justo, que é a soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos pela Companhia com os antigos controladores da adquirida e das participações societárias emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida, na data de aquisição. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data de aquisição, exceto por limitadas exceções previstas no pronunciamento técnico CPC 15 (IFRS 3), os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo. O ágio é o resultado positivo da soma do valor justo da combinação de negócios, do valor das participações na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, deduzida dos valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da operação valorizados a valor justo. Se o resultado dessas operações não resultar positivo, o valor apurado é reconhecido imediatamente no resultado como ganho. Quando aplicável, se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorre, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização está incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. **3.12. Instrumento Financeiro** - O CPC 48 estabelece requisitos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e aluguéis contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. **1. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros** - O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: • Mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio do Resultado Abrangente ("VJ-RA") e Valor Justo por meio do Resultado ("VJ-R"). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. **2. Redução no valor recuperável ("Impairment") - Ativos Financeiros** - O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJ-RA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. **3.13. Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao período final em 31 de dezembro de 2019 - CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de Arrendamento Mercantil** - A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendamentos. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo, itens de baixo valor e pagamentos variáveis. A contabilização do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, portanto, a informação comparativa apresentada para 2019 não foi rerepresentada, ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/IAS 16 e interpretações relacionadas. **Outras normas** - A seguinte interpretação de norma também foi adotada pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019, no entanto, não teve efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas: • ICPC 22 / IFRIC 23 Inerteza sobre Tratamento de Títulos sobre o Lucro: esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e bancos 443 70
Aplicação Financeira 602 665
Total 1.045 735

5. Contas A Receber

Contas a receber 27.667 12.939
Glossas a recuperar 750 326
Total 28.417 13.268

O saldo de contas a receber, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

Consolidado		Consolidado	
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A futuro	15.780	7.212	-
A vencer	10.328	5.299	-
Vencimentos:			
Até 30 dias	873	76	-
Entre 31 e 60 dias	505	407	-
Entre 61 e 90 dias	931	18	-
Entre 90 e 180 dias	-	-	-
Total	28.417	13.268	256

6. Investimentos

AssistCare Serviços de Saúde S.A. 7.899 1.828
Hospital e Casa de Repouso Saint-Marie Ltda. 6.093 4.394
Ágio por expectativa de rentabilidade futura 28.017 28.017
Total 44.009 34.229

A movimentação dos investimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

Diretoria

Eduardo Ramos Canonico - Diretor

Contadora

Barbara Paula Ribeiro Salles Bernardi - CRC - SP/ 278.821/O-5

Número de desempregados no Brasil sobe 26% entre a 1ª semana de maio e o fim de junho



A taxa de desocupação ficou em 13,1% na semana de 21 a 27 de junho, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Covid (Pnad Covid), divulgada nesta sexta-feira, 17, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa ficou acima tanto dos 12,3% registrados na semana anterior quanto dos 10,5% da primeira semana de maio, primeira semana de referência da nova pesquisa do IBGE.

Eram 12,4 milhões de desempregados na semana de 21 a 27 de junho, indicando que 2,6 milhões de trabalhadores passaram ao desemprego desde a primeira semana de maio, ou seja, aumento de 26%.

O contingente de pessoas sem emprego sobe para 39,4 milhões quando se leva em conta a população não ocupada que não procurou trabalho (ou seja, fora da força de trabalho), mas que gostaria de trabalhar. Dos 26,9 milhões fora da força que gostariam de trabalhar, 17,8 milhões deixaram de buscar um emprego por causa da pandemia de covid-19 ou por falta de trabalho em sua localidade.

A população ocupada ficou em 82,5 milhões de pessoas na semana de 21 a 27 de junho, primeira queda em relação às semanas anteriores - na semana de 14 a 20 de junho, a população ocupada era de 84 milhões de trabalhadores.

Negócios

BC faz acerto com WhatsApp para que novo modelo de pagamentos seja aprovado o mais rápido possível



O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta quinta-feira (16) que a autarquia acertou com o WhatsApp que a operação de pagamentos da empresa seja aprovada o mais rápido possível, mas ressaltou que, para isso, precisa ver assegurados critérios ligados a segurança de dados e competição.

“Nós temos conversado com eles, acertamos uma posição de aprovar o mais rápido possível para que eles consigam operar, mas a gente precisa ter certeza que ele é barato, eficiente, aberto e seguro para as pessoas”, disse ele, em transmissão ao vivo promovida pelo Itaú BBA.

Campos Neto destacou que o WhatsApp entrou com pedido de aprovação,

o qual entrará “num trilho de aprovação normal, como qualquer outro arranjo e vai ser aprovado como qualquer outro arranjo”.

Segundo o presidente do BC, da forma como o negócio havia sido anunciado, o arranjo nascia com uma adquirente —a Cielo, que ele não mencionou diretamente— e que, apesar de contratualmente não haver acerto de exclusividade, esse desenho tinha uma estrutura de custos que levava a desincentivo para mais adquirentes.

Em meado de junho o WhatsApp havia anunciado uma função de transferência e de pagamentos por meio do aplicativo. As bandeiras Visa e Mastercard, o Banco do Brasil, o Sicredi e o Nubank eram os parceiros iniciais do novo modelo. Toda

a operação será feita pela Cielo, empresa de maquininhas de cartão, que tem como principais acionistas Banco do Brasil e Bradesco.

Uma semana depois do anúncio do aplicativo de mensagens, no entanto, a Superintendência-Geral do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) suspendeu o acordo entre o WhatsApp e as instituições financeiras.

No mesmo dia, o BC mudou a redação de uma norma de 2013 e alterou o prazo que concede a empresas de pagamentos para se adaptarem às regras de mercado, passando a ter a prerrogativa de exigir autorização prévia para o início das atividades de uma nova estrutura de pagamentos.

Biznews

A Odebrecht tem um novo inimigo e ele é dono de meio trilhão de reais



Aqui no Brasil, ele tem sido chamado de fundo abutre. Aquele tipo de fundo que compra a preço de banana uma dívida de uma empresa prestes a ir à falência para depois promover brigas épicas e receber o que gastou de volta multiplicado pelo maior número de vezes possível. Apesar da fama, seu nome é quase poético: Lone Star Funds. Nos Estados Unidos, é mais conhecido como hedge fund e é amado pelos fundos de pensão porque há muitos anos consegue cumprir a promessa de entregar entre 15% a 20% de retorno. Seu dono, John Grayken, é um dos 200 maiores bilionários do mundo. Por conta do seu negócio de comprar ativos podres e

Amazon ficou atrás de Magalu e Via Varejo no Brasil durante a pandemia

O coronavírus não fez pela Amazon no Brasil o mesmo que fez pela gigante nos Estados Unidos. Na Nasdaq, o valor da empresa foi catapultado a 1,5 trilhão de dólares, com uma valorização de 70% no ano —sozinha, ela vale duas vezes o valor somado de todas as companhias abertas brasileiras. Mas, por aqui, o desempenho comercial não teve esse mesmo ritmo. A empresa perdeu participação na preferência dos consumidores quando se avalia os downloads de aplicativos entre varejistas. A lógica de que as vanguardistas do comércio eletrônico seriam beneficiadas na crise não valeu para ela no mercado local na mesma intensidade. Na briga com Mercado Livre, Magazine Luiza, B2W e Via Varejo, sua fatia caiu dos 7% registrados em fevereiro para 5% em abril.

O levantamento leva em consideração as movimentações no Google Play e foi feito pelo time de analistas do Itaú BBA liderado por

Thiago Macruz. Todas as empresas tiveram aumento no total absoluto de downloads, a distribuição entre elas é que mudou. Magazine Luiza e Via Varejo comeram a fatia da americana. Mas ninguém sabe se o comportamento é definitivo. Quem também perdeu com a redistribuição causada pela pandemia foi o Mercado Livre, que saiu de 29% dos downloads em fevereiro para 23% em abril.

Como parte da análise de valor das companhias, a equipe estuda as redes sociais. Na opinião de Macruz, elas apontam tendências que, no fim das contas, se verificam nos resultados dos negócios e, portanto, em seu valor. O levantamento aponta que a pandemia foi especialmente importante para as brasileiras. O aplicativo da Magalu, como é conhecida a companhia de Luiza Helena Trajano, subiu de 22% para 27%, na mesma comparação que as demais, enquanto a empresa tocada pela família Klein aumentou de 15% para 18%.

Exame



sua completa aversão a aparecer na mídia, ele é chamado de “banqueiro sombra”. A revista Forbes chegou a dizer que Grayken é o mais sombrio entre as sombras: coração zero ao fazer negócios. Abriu mão da cidadania americana para pagar menos impostos e virou irlandês. Enriqueceu com as hipotecas das famílias falidas americanas na recessão de 2008 e não teve dó. Seu patrimônio total: 85 bilhões de dólares ou algo como meio trilhão de reais. Dinheiro suficiente para comprar uma Petrobras inteira. Este é o currículo do mais novo inimigo da Odebrecht.

A Odebrecht devia ter desconfiado, mas como a sua unidade agroindustrial já estava no aperto há alguns anos, aceitou com certo alívio um

empréstimo de cerca de 300 milhões de dólares (1,5 bilhão de reais) do Lone Star. Segundo algumas fontes, os juros eram altos e o fundo ainda ganhou como garantia todo o plantio de cana de açúcar. Depois do escândalo da Lava Jato, esta unidade agroindustrial deixou o nome Odebrecht de lado e passou a atender pela alcunha de Atvos. Quando veio a recuperação judicial, o Lone Star virou um dos maiores credores da dívida, com cerca de 12 bilhões de reais da empresa. A Odebrecht inclusive acusou a Lone Star de ter forçado a recuperação judicial quando conseguiu na Justiça um bloqueio do caixa da empresa, no ano passado.

Veja